

A Antropologia de Minas Gerais: dos precursores da 5ª RBA (Belo Horizonte, 1961) e do seu devir

Ruben Caixeta de Queiroz

Em 2005, para um evento que comemorava os 50 anos da ABA no contexto da UFMG, compareceram antropólogos proeminentes na história da disciplina no Brasil, como Roque de Barros Laraia (ex-presidente da ABA e idealizador da realização na UFMG da 18ª RBA, 1992), Miriam Pillar Grossi (Presidente da ABA na época), Bela Feldman-Bianco (representante da área na CAPES na época), além de nomes significativos da antropologia e da arqueologia locais como Pierre Sanchis, André Prous e Welber da Silva Braga¹. A celebração do evento foi mobilizada por falas que, por um lado, ativavam a memória sobre um passado no qual a antropologia era discreta na UFMG e em Minas Gerais e marginal em relação aos centros consagrados do país (notadamente São Paulo e Rio de Janeiro), por outro lado, apostavam num futuro próximo de crescimento e de esperança na sua consolidação na UFMG. E isso não era sem motivo, uma vez que, exatamente durante aquele evento, a coordenadora da área na CAPES, Bela Feldman-Bianco,

1 Leia os textos deste evento incluídos na coletânea “Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia: 50 anos”, organizada por Eckert e Godoi (2006).

anunciava a aprovação do novo Curso de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG².

Dezoito anos depois, em 2023, durante as comemorações dos 70 anos da RBA, em Belo Horizonte a pergunta era se a antropologia da UFMG de fato deixou de ser discreta e periférica e passou a ser, se não central, uma força potente, e qual o seu lugar no cenário nacional³. A resposta ainda não é conclusiva, e necessita de uma avaliação minuciosa no período que vai de 2006 aos dias atuais – incluindo aqui os erros e os acertos de opções políticas e epistemológicas envolvidas no distanciamento e no descolamento em relação a antigas disciplinas aliadas (como a sociologia e a ciência política) e o estreitamento das relações da antropologia com outra antiga aliada, a arqueologia. Sem dúvida, o passado ainda não foi bem compreendido para que, numa espécie de descarrego, pudéssemos nos ater ao tempo presente e ao futuro. Por isso mesmo, uma pergunta ainda pairava no ar quando me preparava para a apresentação na mesa redonda mencionada: “será que, de fato, o sapo enterrado em algum lugar do passado no campus da UFMG ainda nos assombrava ou já o tínhamos desenterrado?”. Essa anedota nos foi lembrada por Roque Laraia no encontro de 2005; ele se referia a uma personagem emblemática na introdução da disciplina antropológica

2 A Pós-Graduação em Antropologia da UFMG (com áreas de concentração em Antropologia e Arqueologia), em nível de Mestrado, foi implementada em 2006. O nível de Doutorado foi criado em 2014. Por outro lado, o Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA-UFMG) foi criado em 2013, no contexto do Reuni (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), com o desmembramento do Departamento de Sociologia e Antropologia e a criação do Curso de Graduação em Antropologia, em 2009. Em 2024 o curso de Graduação em Antropologia foi desdobrado em dois novos cursos: além do Curso de Graduação em Antropologia, foi criado o Curso de Graduação em Arqueologia, a partir de um tronco comum de disciplinas que conecta os dois cursos. O DAA-UFMG, hoje, é formado por 25 professores (15 antropólogos e 10 arqueólogos).

3 Foi realizada, pelo PPGAn/UFMG e pela ABA, uma mesa redonda na FAFICH/UFMG, no dia 28 de setembro de 2023, em razão dos 70 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia, com a presença de Nilma Lino Gomes (UFMG), Cornelia Eckert (UFRGS), Candice Vidal e Souza (PUC-Minas) e Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG). O presente capítulo é, em parte, resultado do trabalho que eu apresentei oralmente neste evento.

na Universidade Federal de Minas Gerais, no momento pré-1960, que, ao contrário de estimular a vocação e o gosto no alunato, promoveu o seu desgosto e sua mudança na trajetória de formação. O tal professor chamava-se Olinto Orsini de Castro, nascido em Sabará/MG, no ano de 1891, um médico dermatologista, líder católico e conservador, que se tornou inclusive deputado constituinte em Minas Gerais com mandato para 1935, 1936 e 1937. As suas disciplinas de antropologia na UFMG eram ministradas a partir do campo da antropologia física e da medicina da época, sob a influência de Arthur Ramos⁴. O artigo recente de Souza (2016, p. 502) diz que o referido professor era tido pelos seus ex-alunos como um péssimo professor, “repetidor de um só livro (*Epítome de Culturologia*, de José Imbelloni, de 1936)”, era um “destruidor de vocações”. No seu artigo “O legado da antropologia brasileira”, Laraia (2014, p. 367-368) conta que poucos foram os alunos que suportaram as aulas de Orsini, e nos lembra o caso de seu colega de sala Marco Antônio Coelho (militante do Partido Comunista Brasileiro, ex-deputado federal, cassado e preso pela ditadura civil-militar), relatado na sua autobiografia “Herança de um sonho” (Coelho, 2000, p. 46), que, no início estava muito interessado pelas ciências sociais, mas desistiu do curso ao assistir às aulas de Orsini; então, sob a influência de Darcy Ribeiro, foi cursar a Faculdade de Direito. Ao contrário de seu colega, Laraia (2014, p. 368) garimpava os textos de antropologia “por debaixo das aulas mal dadas” e frequentava a pequena biblioteca da Faculdade de Filosofia da UFMG (que, naquele tempo, funcionava no edifício Acaiaca, no centro de Belo Horizonte). Foi assim que, em 1960, depois de encontrar na cantina desta Faculdade um edital de um curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social no âmbito do Museu Nacional, partiu para ali realizar

4 Segundo Souza (2006, p. 282), os programas das disciplinas de Orsini obedeciam “[...] em grande extensão aos programas de Arthur Ramos, da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), nos quais se compreende o estudo do homem como conjunção de conhecimentos da medicina, zoologia, filosofia e psicologia. Aparecem como matéria das aulas de ‘Antropologia’: origem das espécies e do homem, caracterização da espécie humana, unidade da espécie humana, antiguidade da espécie humana”.

a seleção e ser aprovado para a primeira turma do curso de “Especialização em Antropologia Social”, juntamente com Alcida Rita Ramos, Edson Soares Diniz, Hortência Caminha, Onidia Benvenuti, Roberto Augusto da Matta.

Mas seria Orsini a sombra ou o único “encosto” que atravancava o ensino e a pesquisa da antropologia na UFMG antes da década de 1960? Veremos a seguir que ele, embora fosse certamente herdeiro de uma mentalidade atrasada, não foi a única razão que impedia o fortalecimento institucional da antropologia em Minas Gerais; afinal, um ex-aluno dele, que fazia tudo ao contrário, era provocador e cativante, por volta de 1960, após a saída de Orsini (de acordo com Souza 2006, p. 282), Eli Bonini Garcia, assumira as aulas de antropologia na UFMG até março de 1964, ano em que foi preso pela ditadura militar. Bonini era, como Orsini, um médico de formação; mas, na sua trajetória intelectual, ele se interessou por um outro tipo de antropologia. Bonini foi estudar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde participou das pesquisas de Oracy Nogueira; obteve ali, em 1961, o título de bacharel em Ciências Políticas e Sociais. Num trabalho recente de divulgação científica, encontramos a citação atribuída a Ethel Mizrahy Cuperschmid (2018, p. 101), que assim se refere a Ely Bonini: “Ely é pura carga explosiva, pois causa sensação, propõe mudanças, sacode, abala, perturba a ordem estabelecida, questiona os cânones, satiriza, potencializa, evidencia o poder de ser único, repleto, profundo, assim como ele é, assim como cada um também é”⁵.

No seu tempo de estudante de Medicina, Bonini foi líder de esquerda do movimento estudantil e diretor do combativo Diretório Acadêmico Alfredo Balena da Escola de Medicina da UFMG (DAAB). Sua formação engajada o levou para um lado heterodoxo da disciplina, chegando a se

5 Este trabalho intitulado “Uma tempestade de ideias a favor da ciência e da paixão pelo ser humano: conhecendo Ely Bonini Garcia”, foi apresentado na forma de PowerPoint no evento Semana do Conhecimento (UFMG, 2019).

intitular polímata⁶, e a enveredar para o campo da psicoterapia. Souza (2006, p. 282) nos lembra que as aulas de Bonini – carregadas nas tintas da psicologia e da psicanálise – eram tidas pelos seus alunos como performáticas “e o aprendizado seria atingido mais emocional que racionalmente”⁷. Em março de 1964, Bonini foi preso pela ditadura militar, como já dito. No mesmo ano, um outro professor também interessado pela relação entre antropologia e psicanálise, ex-aluno de Orsini, assumiu a cadeira de professor de antropologia na UFMG, com 26 anos de idade, e lá seguiu até sua aposentadoria na década de 1990. Trata-se de Welber da Silva Braga (Souza, 2006).

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde Bonini foi estudar, também foi o destino de Darcy Ribeiro. Este jovem interiorano de Minas Gerais, proveniente de Montes Claros, nascido em 1922, chegou a Belo Horizonte em 1939 para estudar na Faculdade de Medicina da UFMG. Como disse Darcy Ribeiro nas suas inúmeras entrevistas e nos seus relatos autobiográficos⁸, sua família, como toda família mineira e talvez brasileira, queria que o filho escolhesse um dos cursos de prestígio da época (medicina, direito ou engenharia), mas nunca um curso para viver e sofrer no “meio dos índios”. Mas Darcy, chegando a Belo Horizonte, logo entrou no Partido Comunista Brasileiro; assim, em vez de fazer o curso de Medicina, foi fazer política e se distanciou do ensino acadêmico. Numa das visitas que o professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo fez a Belo Horizonte, Donald Pierson conheceu Darcy Ribeiro e se encantou pelo seu talento intelectual, oferecendo-lhe uma bolsa de estudos na já renomada

6 O polímata é um personagem dos séculos XVII e XVIII, tido como alguém que se interessa e conhece muitos assuntos. Segundo Peter Burke (2020), Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro seriam exemplos de polímatas. Mais informações em: <https://jornal.usp.br/articulistas/marcos-buckeridge/o-retorno-dos-polimatas/>.

7 Vários(as) daquelas e daqueles que foram alunas e alunos de Bonini, posteriormente, “se tornaram professores de antropologia na UFMG”, por exemplo: Iêda Martins de Pádua, Josefina Lobato, Romeu Sabará (Souza 2006, p. 283).

8 Para essa breve apresentação, consulte a entrevista gravada e transcrita junto a Darcy Ribeiro, em 1995, por Luís Donisete Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni (1997). Além disso, consulte a biografia feita por Helena Bomeny (2001).

escola de ciências sociais do país. Durante sua formação, Darcy Ribeiro estreitou os seus laços intelectuais e de pesquisa na área de etnologia com aquele que viria a ser considerado por ele mesmo como a sua maior fonte e influência: Herbert Baldus. Em 1944, Darcy Ribeiro concluiu sua graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo; três anos depois, foi contratado como etnólogo para a Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), onde teve acesso a um conjunto enorme de documentos sobre a temática indígena. Logo em seguida, junto com a sua mulher, Berta Ribeiro, viajou para Mato Grosso com a missão de conhecer e pesquisar os Kadiwéu, os Guarani e os Ofaié-Xavante.

Pode-se afirmar que a antropologia brasileira na década de 1940 fora majoritariamente paulistana e voltada para os estudos de etnologia indígena. Herbert Baldus, radicado definitivamente no Brasil a partir da ascensão do nazismo na Alemanha em 1933, lecionava, pesquisava e publicava etnografias sobre Guarani e os Tapirapé, dentre outros povos indígenas. Já Florestan Fernandes, que havia ingressado, em 1941, no Curso de Graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCLH-USP), vinculada à Universidade de São Paulo (USP), obteve o título de mestre pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo com uma dissertação sobre os Tupinambá quinhentistas (*A organização social dos Tupinambá*, 1947), e o título de doutor pela USP inserido na mesma temática (com a tese *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, 1951). Com a ida de Darcy Ribeiro para dirigir a Seção de Estudos do SPI no Rio de Janeiro em 1947, mais tarde, na metade da década de 1950, ele criou ali, no Museu do Índio, com o auxílio da CAPES, o “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural” para formar novos etnólogos. Darcy levou para trabalhar com ele um ainda jovem paulistano formado em filosofia pela USP, Roberto Cardoso de Oliveira. Inspirado nesse curso do Museu do Índio, em 1960, Roberto Cardoso de Oliveira criou no Museu Nacional o curso de “Especialização em Antropologia Social”, do qual fez parte da sua primeira turma Roque de Barros Laraia, em 1960, conforme já vimos. Neste percurso e a partir desta data, de certa forma, a

antropologia brasileira (ainda fortemente marcada pela sua vertente etno-
lógica) convergiu sua força do Estado de São Paulo para o Rio de Janeiro. E
em qual patamar andava (ou melhor, derrapava) a antropologia de Minas
Gerais?

Se num primeiro momento Darcy Ribeiro, na década de 1940, e num
segundo momento Eli Bonini, final da década de 1950, foram atraídos para
a Escola de Sociologia Política de São Paulo, já num terceiro momento,
início da década de 1960, Roque Laraia (e outros mineiros, como Marcos
Magalhães Rubinger) foram atraídos para o Museu Nacional (Rio de Janeiro).
Na cidade de São Paulo, a Faculdade fundada em 25 de janeiro de 1934 com
o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) foi idealizada
como um polo central da Universidade de São Paulo (USP), e destinava-se à
formação de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, abrangendo
as áreas de ciências exatas, humanas e biológicas⁹. Já a Escola Livre de
Sociologia e Política foi criada em 27 de maio de 1933, e, em 1938, tornou-se
instituição complementar da USP¹⁰.

É muito interessante notar que, somente um pouco mais tarde,
em 1939, nascia em Minas Gerais a Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas (FAFICH), abrigando os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras,
História Natural, Geografia, Matemática, Física, Química, Ciências
Sociais e História. O objetivo aqui era formar professores e desenvolver o

9 Ver <https://www.fflch.usp.br/fflch>.

10 Segundo o trabalho de Gomes de Brito (2013), “[...] o primeiro plano pedagógico da escola
tinha por objetivo formar uma nova intelectualidade voltada para as questões políticas
e sociais do Brasil no referido período, como disposto em seu ‘Manifesto da Fundação’,
este redigido por um grupo de profissionais liberais e intelectuais paulistas. A questão
central do Manifesto referia-se à necessidade de ‘formar uma elite através de métodos
científicos, capazes de compreender antes de agir, o meio social em que vivemos (Ma-
nifesto, 1933). Ainda segundo este documento, a Escola Livre de Sociologia e Política de
São Paulo atuaria no cenário político paulista e nacional como um ‘centro de cultura
político-social apto a inspirar o interesse pelo bem coletivo, a estabelecer ligação entre
homem e meio ambiente e a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os
problemas vitais de nossas populações [...]’ (Manifesto, 1933)”.

conhecimento científico básico que não tivesse ligado estritamente à formação profissional¹¹. Especificamente, as disciplinas de antropologia eram oferecidas na UFMG tanto na Faculdade de Filosofia quanto na Faculdade de Economia (antes uma faculdade privada, que foi incorporada à UFMG em 1948). Segundo Souza (2016, p. 502) a Faculdade de Filosofia da UFMG, a partir de 1941, abrigava “três cadeiras de antropologia” (Antropologia, Etnografia e Etnografia do Brasil), que eram ministradas para os cursos de História e Geografia e, um pouco mais tarde, para o curso de Ciências Sociais. Já na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), o ensino de antropologia parecia ser bem atualizado teoricamente e era ofertado para o curso de Sociologia e Política, no período entre 1953 e 1966¹². Como disse Souza (2016, p. 503), “[...] três professores se dedicaram à disciplina antropológica na FACE, todos com excelente apreciação por parte de ex-alunos: Cid Rebello Horta, Marcos Magalhães Rubinger e Maria Andréa Loyola”. Os dois últimos tinham sido alunos de Roberto Cardoso de Oliveira na segunda turma do Curso de Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional, no ano de 1961.

Rubinger, além de grande professor, era um pesquisador brilhante e muito atualizado, como atestam seus ex-alunos e colegas. Ele acompanhou uma equipe de pesquisa de campo entre os povos indígenas Suruí e Gavião, em 1961, formada por Roque Laraia, Roberto DaMatta e Julio César Melatti¹³.

11 Segundo o site oficial da FAFICH/UFMG, a criação desta Faculdade “[...] era a concretização do sonho de um grupo heterogêneo de intelectuais mineiros que militavam na vida cultural e política da Capital mineira e dividiam seu tempo entre as redações dos jornais e as salas de aula nos principais colégios da cidade. O sonho era criar uma Faculdade voltada para aquilo que eles chamavam, então, de ‘saber desinteressado’”. Mais informações em: <https://www.fafich.ufmg.br/a-faculdade/historia/>.

12 Em 1967, ocorreu a fusão do Curso de Sociologia e Política da FACE com o Curso de Ciências Sociais da FAFICH.

13 Nesta pesquisa de campo, Roque Laraia (2014, p. 371) menciona: “Fui acompanhado de um estudante da segunda turma do curso de especialização, Marcos Magalhães Rubinger, que seria meu assistente entre os Suruí. E Roberto DaMatta que se destinava aos índios Gavião, também na região de Marabá, ia acompanhado de outro estudante, Julio Cesar Melatti”.

Antes disso, nos anos de 1950, segundo Prous (2006, p. 277), Marcos Rubinger visitava sítios rupestres em Minas Gerais, “registrando em seus cadernos (conservados no Setor de Arqueologia do MHN) observações extraordinariamente argutas”. Rubinger fez duas breves etapas de campo entre os Maxakali, uma em julho de 1962 e outra em janeiro de 1963 (Melatti, 1984, p. 345); a partir de suas notas e de relatos de terceiros, escreveu textos etnográficos sobre esse povo indígena de Minas Gerais¹⁴. Marcos Magalhães Rubinger teve a sua carreira de professor e pesquisador em etnologia, na FACE-UFMG, bruscamente interrompida e dilacerada pela Ditadura Civil-Militar de 1964, a qual o levou à prisão e ao exílio (na Bolívia e no Chile), o que, sem dúvida, segundo Melatti (1984, p. 344), “contribuiu para sua morte prematura em 1975”.

Apresentei até aqui, o breve contexto da antropologia no início dos anos de 1960, e de forma mais resumida ainda nas duas décadas anteriores, para situar o leitor sobre o estado da arte e os principais personagens da disciplina no eixo São Paulo–Rio de Janeiro–Minas Gerais¹⁵, que antecipa a realização da 5ª Reunião de Antropologia (1961) na cidade de Belo Horizonte. Darcy Ribeiro fazia parte (junto com Manoel Diégues Jr. e Maria Júlia Pourchet) da diretoria eleita em 1959; por isso, acredito que ele teve papel crucial na decisão de “trazer” para Belo Horizonte a reunião da ABA de 1961. Naquela ocasião, a antropologia brasileira continuava sendo predominada pela etnologia; Herbert Baldus era ainda a grande referência; Darcy já havia conhecido Anísio Teixeira e se compromissado com a perspectiva

14 A maior parte desta produção foi publicada após a sua morte, ou simplesmente ainda não foi publicada.

15 Eu bem sei que, alhures, aquelas e aqueles que olham para a antropologia “local” (isto sempre é posto como sinônimo de antropologia feita no Brasil), ou a “nossa” antropologia – “Nós quem, cara pálida?”, como nos pergunta Pereira (2020, p. 8) –, sempre não consideram ou consideram a antropologia feita em Minas Gerais como marginal. Assim, no seu balanço “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”, na nota 3, Marisa Peirano (1999, p. 227) afirma: “Destaco que, ao mencionar o momento sociogenético das ciências sociais no Brasil, isto é, as décadas de 40–60, centro minhas atenções em São Paulo e no Rio de Janeiro por critérios de relevância sociológica”.

de transformar o ensino escolar no Brasil num tipo de educação popular (gratuita, pública, universal), e mais tarde, literalmente, fora tragado pela política de estado ao se tornar ministro da educação do regime parlamentarista de João Goulart (de 18 de setembro de 1962 a 24 de janeiro de 1963) e chefe da Casa Civil (entre 18 de junho de 1963 e 31 de março de 1964). Depois veio o golpe de 1964, ocasião em que mais um dos antropólogos brilhantes – essenciais para o pensamento geral e para a compreensão das sociedades indígenas e do Brasil, para formular uma crítica profunda à estrutura profundamente perversa, hierárquica e desigual da sociedade brasileira – foi banido, exiliado. Por exemplo, ao ler um a biografia de Darcy Ribeiro, encontrei este seu discurso eloquente:

O dono de terra, que gosta muito mais da terra do que do filho ou da mulher. Que prefere que cortem a mão dele do que tomem uma lagoa dele. Esse apego e a brutalidade, que é a maior herança cultural, a mais perversa do Brasil. A brutalidade para com o povo. A herança de termos sido o último país do mundo a acabar com a escravidão hedionda. É a herança da capacidade de gastar gente, de queimar gente, como se queimasse carvão. De queimar negro, jogar no trabalho. Depois, quando estava velho, estava ruim, deixava fugir ou largava ao seu destino. Essa capacidade de tratar pessoas como coisas, essa perversidade intrínseca, que é a capacidade de matar, de torturar. É uma perversidade intrínseca na nossa herança, na nossa classe dominante. Nossa classe dominante está enferma de desigualdade, de descaso [...]. (Darcy Ribeiro, *apud* Bomeny 2001, p. 28-29).

Voltando ao início dos anos de 1960, sabemos que Herbert Baldus e Darcy Ribeiro estiveram presentes na Reunião da ABA de Belo Horizonte, mas quem mais? Quais foram os temas escolhidos para as apresentações e discussões? Em 2005, em vão, fomos atrás de um folder de programação da 5ª Reunião Brasileira de Antropologia! O que encontramos foram algumas parcas cinco ou seis fotografias nos arquivos do jornal Estado de Minas Gerais. O que teria acontecido? Na falta de um material escrito ou

audiovisual, elaboramos um vídeo com o depoimento de pessoas que foram importantes para a antropologia da UFMG nos anos vindouros: Welber Silva Braga, Romeu Sabará, Pierre Sanchis, Cleonice Pitangui, Iêda Martins, Josefina Lobato. Hoje, quando estava preparando essa apresentação, fui ler o texto de Josildeth Gomes Consorte (2006, p. 169), “Revivendo 50 anos da ABA”, e descobri as razões por não ter encontrado quase nada relativo a 5ª Reunião:

Não pude ir às reuniões de Recife e Curitiba, mas me lembro bem da de 1961, em Belo Horizonte, e da perda de todo o material dela resultante no acidente fatal sofrido por Cid Rebelo Horta, seu presidente, a caminho do Rio de Janeiro, onde cuidaria da sua publicação¹⁶.

Trágico, Cid Horta, um antropólogo de referência para a antropologia de Minas Gerais dos anos 1950, morreu num acidente fatal de carro em 1962. Eli Bonini, um antropólogo emblemático de um período anterior próximo, foi perseguido e preso pela Ditadura Militar em 1964. Marcos Magalhães Rubinger, outro jovem e promissor antropólogo do período, também foi preso e exilado pela Ditadura Militar. O mesmo aconteceu com Darcy Ribeiro, uma espécie de patrono da 5ª RBA, e tantos outros intelectuais país a fora. A antropologia de Minas Gerais – bem como o pensamento livre e a ciência de uma forma geral, em Minas Gerais e no Brasil – foi duramente atacada e amordaçada! A própria reunião bianual da ABA foi interrompida a partir de 1966 (retornando, e de forma precária, somente a partir de 1971). Como não pensar que a antropologia de Minas Gerais não foi para frente ou não se consolidou por causa fundante da Ditadura Militar? Sem dúvida, não foi apenas isso. Outras razões institucionais (internas e externas à UFMG) devem ser averiguadas, e muito ainda deve ser feito para resgatar essa história mal contada ou invisibilizada. Mas, com certeza, tudo

16 De acordo com uma informação pessoal de Candice Vidal e Souza, essa versão para o desaparecimento dos arquivos do 5ª RBA não pode ser confirmada.

isso não ocorreu por mera fatalidade nem por pura magia. Quando Roque Laraia, presidente da ABA na gestão 1990–1992, quis realizar a 18ª RBA na cidade de Belo Horizonte (1992), novamente, ele quis, penso eu, trazer a atenção da antropologia brasileira para a UFMG, ou, quem sabe, quis desenterrar o famoso sapo ou promover uma sessão de “descarrego”. Não sabemos se isso foi feito com sucesso – somente uma dedicação mais atenta a esse evento e a esse período poderá nos dizer¹⁷. Em todo caso, a partir de 2005, o fato da criação de uma pós-graduação específica em antropologia na UFMG parece nos ter apontado na direção de uma consolidação disciplinar e institucional por aqui. Agora, em 2024, com a realização novamente da RBA (a 34ª) na cidade de Belo Horizonte, podemos mensurar, de forma um pouco mais fina, essa capacidade de surgimento das cinzas do nosso ser-fazer antropologia em Minas Gerais. A universidade pública no Brasil, sem dúvida, tornou-se mais forte a partir de 2010, com o Programa Reuni e com a política de inclusão social, incluindo a população negra e indígena. Isso, certamente, trouxe e está trazendo um giro epistemológico e político para nossa disciplina, pois as antropologias de hoje em dia são múltiplas, não mais os sujeitos e objetos são os mesmos, ou melhor, aqueles que antes eram tidos como “objeto” (sem nunca de fato terem sido), agora são sujeitos do conhecimento. Somos ou devemos ser uma disciplina contracolonial, e que não se cale diante do epistemicídio. Porém, parece que, ainda hoje, se Darcy Ribeiro ou Magalhães Rubinger estivessem juntos aqui, algo essencial nos mobilizaria no fazer antropológico: a defesa da democracia, da liberdade, da diversidade, das políticas de reparação e pelos direitos humanos, e, contra o marco temporal.

Diante do cerco aos direitos dos povos indígenas promovido, hoje, 2024, na figura do “marco temporal” colocado a ferro e a fogo na lei do país

17 Esta nota é somente para parabenizar o incrível trabalho que minha colega Candice Vidal e Souza (2006, 2016) vem fazendo sobre a antropologia mineira, inclusive, colocando luz sobre a perspectiva de gênero e nos revelando porque as antropólogas mulheres de Minas Gerais foram deixadas na penumbra ou na invisibilidade em nossa instituição e na história.

para evitar que populações indígenas tomem posse de um pedaço de terra muito menor do que aquele que fora roubado delas no passado, eu me pergunto se um dia conseguiremos nos livrar dessa elite “brutalizada e impiedosa”.

Referências

BOMENY, H. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BURKE, P. *O polímata: uma história cultural* – de Leonardo da Vinci a Susan Sontag. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

COELHO, M. A. T. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONSORTE, J. G. Revivendo os 50 anos da ABA. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 165-171.

CUPERSCHMID, E. M. Cócegas. In: HADDAD, C. ; SOARES, J. A. (org.). *A serena inquietação da esperança*. Belo Horizonte: Aretar, 2018. p. 101-103.

ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006.

GOMES DE BRITO, Carolina Arouca. “Conversa de etnólogos: a correspondência pessoal de Darcy Ribeiro e Herbert Baldus”. Trabalho apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História. Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013.

GRUPIONI, L. D.; GRUPIONI, M. D. F. Entrevista com Darcy Ribeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 158-200, nov. 1997.

LARAIA, R. de B. O legado da antropologia brasileira: relato de Roque de Barros Laraia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 14, p. 361-376, jul./dez. 2014.

MELATTI, J. C. Tríptico Maxakalí. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 1982, p. 344-349, 1984.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (volume I). São Paulo: Editora Sumaré, 1999. p. 225-266.

PEREIRA, L. N. N. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras. *Revista de Antropologia*, n. 63, v. 2, p. E170727, 2020.

PROUS, A. O setor de arqueologia do Museu de História Natural da UFMG. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 277-280.

SOUZA, C. V. e. Professoras de antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem. *Estudos Feministas*, n. 24, v. 2, p. 499-520, 2016.

SOUZA, C. V. e. O ensino de antropologia da antropologia em Belo Horizonte. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. de (org.). *Associação Brasileira de Antropologia*. Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 281-286.